

I

DAS CONTRADIÇÕES DA SARDENHA À QUESTÃO MERIDIONAL

A questão meridional está sistematicamente presente em toda a elaboração política e na análise de Gramsci da sociedade italiana, questão problemática em torno da qual se articulam as contradições do processo de unificação nacional e a modalidade distorcida de desenvolvimento econômico e social do país. Aprofundando tudo isso, com uma elaboração que levou anos, Gramsci conseguiu definir algumas de suas categorias mais importantes e estudadas mundialmente, como hegemonia, intelectuais e grupos subalternos, tidas hoje como essenciais para se decifrarem as relações internacionais de domínio colonial.

Como já foi adiantado na abertura, a elaboração de Gramsci fundamenta-se na centralidade desse problema, sendo profundamente marcada pelo conhecimento direto das formas de modernização distorcidas e da submissão colonial de sua terra, a Sardenha. O século XIX foi emblemático para a história da Itália, não apenas pelos processos políticos que prepararam e conduziram a um evento tão complexo e difícil de se realizar como a Unificação, mas também porque nele foram determinadas significativas tensões dialéticas (econômico-sociais, político-institucionais, culturais) ligadas à modernização, destinadas a ter importantes reflexos na própria história do século XX, a começar pela história da Sardenha. No transcurso do século XIX registraram-se processos reformadores que, prescindindo dos julgamentos sobre o mérito e os resultados obtidos, constituíram um épico momento de mudanças no tocante à modernização¹. O problema da constituição de um capital originário e de uma consequente burguesia com características

¹ Os aprofundamentos sobre este tema derivam de meu estudo sobre o banditismo social e as transformações ocorridas na Sardenha do século XIX. Parte desses estudos resultaram numa monografia, da qual provém boa parte das considerações presentes neste capítulo. Gianni Fresu, *La prima bardana. Modernizzazione e conflitto nella Sardegna dell'Ottocento* (Cagliari, Cuec, 2011), p. 115-25.

modernas, as mudanças no regime fundiário e nas modalidades de produção e acumulação no campo, a questão dos arranjos institucionais da ilha em relação às modificações muito complexas na península, são todos temas de absoluto relevo histórico que, no passado, tiveram múltiplos momentos de aprofundamento monográfico no âmbito econômico, jurídico e histórico². Na Sardenha, a tradição dialética cidade-campo assume uma conotação peculiar como dialética cruzada entre burguesia urbana e comunidades dedicadas à atividade pastoril e, ao mesmo tempo, entre agricultura sedentária e nômade. Todos os problemas econômicos, culturais e políticos vinculados às reformas sobre a “propriedade perfeita”³ e a subversão do velho regime feudal, assim como as fases mais agudas do mal-estar social manifestado nas ondas de banditismo, estão diretamente ligadas a essa dialética. Uma confirmação autorizada vem dos inúmeros materiais de pesquisa e análise das várias investigações parlamentares realizadas na Sardenha a partir de uma investigação, particularmente importante, presidida por Agostino Depretis entre 1868 e 1871⁴, e dos documentos do Reino da Sardenha que remontam aos anos das reformas no regime fundiário mantidas no Arquivo de Estado de Turim e Cagliari. As tentativas de reforma no campo institucional, econômico e social e suas repercussões sociais – a começar pelas medidas que produzem a fusão perfeita no marco constitucional do Estatuto Albertine – permitem obter um panorama da história das classes dominantes e subalternas na Sardenha.

Nos mesmos anos em que o fenômeno da criminalidade meridional adquiriu conotação de massas, o banditismo social na Sardenha atingiu níveis extremos de intensidade. A peculiaridade, e se quisermos, o elemento de maior interesse científico, é que na Sardenha tivemos uma antecipação de alguns traços essenciais nas formas de hegemonia e dominação dos governos dos Savoia, que também acabariam caracterizando a posterior tomada das regiões meridionais após a Unificação. A concepção administrativa e moderna do Estado piemontês, permeada por um esclarecimento e uma confiança fisiocráticos em relação às

² Dentre tantos, assinalamos os trabalhos de Italo Birocchi: “Considerazioni sulla privatizzazione della terra in Sardegna dopo le leggi abolitive del feudalesimo”, *Archivio Sardo del Movimento Operaio, Contadino e Autonomistico*, n. 11/13, 1980; *Per la storia della proprietà perfetta in Sardegna. Provvedimenti normativi, orientamenti di governo e ruolo delle forze sociali dal 1839 al 1851* (Milão, Giuffrè, 1982); “La questione autonomistica dalla ‘fusione perfetta’ al primo dopoguerra”, em *La Sardegna* (Turim, Einaudi, 1998); “Il Regnum Sardiniae dalla cessione ai Savoia alla ‘fusione perfetta’”, em *Storia dei Sardi e della Sardegna. L’Età contemporanea. Dal governo Piemontese agli anni Sessanta del nostro secolo* (Milão, Jaca Book, 1990).

³ A privatização da terra sobre a qual antes existiam usos cívicos comuns e as regras do regime feudal.

⁴ Francesco Manconi (org.), *Le inchieste parlamentari sulla Sardegna dell’Ottocento. L’Inchiesta Depretis* (Cagliari, Edizioni della Torre, 1984).

possibilidades de transição normativa para a modernidade, revelou, no choque com a realidade da Sardenha, certa rigidez política que, mesmo na era liberal, impedia a compreensão profunda das verdadeiras causas de seu mal-estar. Tudo integrava o mesmo leito do confronto militar e das intervenções legislativas destinadas a apagar as anomalias da civilização pastoril da Sardenha, com um regime de terras que impedia sua sobrevivência. “Os piemonteses obedeceram a um plano de colonização mais pontual e rigoroso que o espanhol, um projeto que exigia controle seguro de todo o território da ilha.”⁵ O estado de anarquia latente, marcado, entre outras coisas, pela cifra de quatrocentos homicídios ao ano, numa população modesta⁶, era intolerável até para as classes dirigentes piemontesas, de modo que repentinamente se afirmou a ilusória pretensão de conquistar militarmente a zona do mal-estar e normalizá-la em definitivo. Uma estratégia perseguida, com sistemática aplicação, a partir das duríssimas expedições repressivas entre 1735 e 1738. O banditismo sardo moderno, com suas características conhecidas e constantes até tempos relativamente recentes, explodiu devido ao choque entre essa pretensão e a resistência a ela oposta. A história contemporânea da Sardenha mostra um paradigma histórico próprio diante do advento do Estado moderno e dos processos de transição dos modos de produção, numa situação marcada, portanto, pelas contradições políticas e pela debilidade das novas classes sociais em vias de afirmação⁷.

Para Antonio Gramsci, a classe agrária continuava a ser a questão central nos processos políticos entre os séculos XVIII e XIX, cuja falta de solução em sentido progressivo⁸ trouxe uma marca bem precisa até mesmo para a história do *Risorgimento* italiano:

Qualquer formação de vontade coletiva nacional popular é impossível se as grandes massas de camponeses não entrarem *simultaneamente* na vida política. [...] Toda a história a partir de 1815 mostra o esforço das classes tradicionais para impedir a formação de uma vontade coletiva desse tipo, para manter o poder “econômico-corporativo” num sistema internacional de equilíbrio passivo.⁹

⁵ Manlio Brigaglia, *Sardegna perché banditi* (Milão, Carte Segrete, 1971), p. 60.

⁶ Na metade do século XX, a Sardenha tinha 600 mil habitantes. Hoje tem 1,5 milhão de habitantes. É a região com menor densidade populacional da Itália.

⁷ Eric J. Hobsbawm, *I banditi. Il banditismo sociale nell'età moderna* (Turim, Einaudi, 2002), p. 107 [ed. bras.: *Bandidos*, 5. ed., trad. Donaldson M. Garschagen, São Paulo, Paz e Terra, 2015].

⁸ Na terminologia gramsciana o uso de “progressivo/a” – que não deve ser condundido com “progressista” – refere-se às mudanças que produzem não apenas modernização, mas democratização: a ampliação da base social do Estado, a inclusão na cidadania de estratos sociais antes excluídos.

⁹ Antonio Gramsci, *Quaderni del carcere* (Turim, Einaudi, 1977), p. 1.560.

O processo de fusão e absorção entre a Sardenha e o Piemonte também ocorreu num “equilíbrio passivo”, destinado a pesar negativamente em termos de poder de barganha e capacidade de afetar o equilíbrio nacional pelas classes dominantes da Sardenha; no entanto, ele trouxe consigo a consolidação de um bloco político-social conservador, destinado a durar muito tempo. Independentemente das avaliações de mérito, esse continua a ser o principal fato político¹⁰.

Como bem resumiu Birocchi – talvez o estudioso que lidou com essas questões com maior rigor e seriedade científica –, “o triunfo da propriedade na Sardenha coincidiu com o surgimento de uma burguesia não apenas desprovida dos horizontes universalistas que a levaram à liderança do movimento de reforma em outros lugares, mas ligada a mentalidades e práticas clientelistas surgidas de interesses extremamente restritos”¹¹.

Nos últimos trinta anos do século XIX, portanto também nos anos da infância de Gramsci, a Sardenha foi atingida por uma série de sinais contraditórios: novos aspectos da modernização econômica e social que coexistiram com uma condição de profundo atraso e disseminação de um estado de miséria da grande maioria de sua população. Devido a vários fatores – tais como o fracionamento exacerbado das propriedades, o peso excessivo dos impostos fundiários, a ausência de capital para investimentos, crédito insuficiente –, as reformas não levaram às mudanças esperadas em termos de modernização da produção agrícola, estilos de vida e relações sociais. No entanto, com suas contradições não resolvidas, a Sardenha estava caminhando para uma transformação capitalista de suas relações sociais e para se inserir num circuito mais amplo do mercado nacional e europeu, e isso também aconteceu com a expulsão da terra de faixas cada vez maiores da população envolvida em atividades rurais, principalmente pequenos proprietários. Isso aconteceu sem que o domínio piemontês, primeiro, e a unificação da Itália, em seguida, tivessem resolvido suas contradições ou tocado minimamente no atraso estrutural de sua economia.

Os termos desse desenvolvimento desigual e a debilidade intrínseca com a qual a Sardenha viveu a transição para a modernidade estavam destinados a persistir mesmo no novo século. Paradoxalmente, um dos sinais mais fortes de unidade pelo qual a Sardenha foi reconhecida como parte integrante da realidade nacional não vem da história das classes dominantes, mas da de suas massas exploradas: a proclamação da primeira greve geral nacional da história da Itália, originada em 1904 pelo massacre de Buggerru¹². Ainda em 1919, num artigo

¹⁰ Gianni Fresu, *La prima bardana*, cit.

¹¹ Italo Birocchi, *Per la storia della proprietà perfetta in Sardegna*, cit., p. 446-7.

¹² O massacre de Buggerru (pequena cidade do sul da Sardenha) é um dos episódios mais conhecidos da história da luta de classes na Itália. Refere-se à repressão do Exército que du-

intitulado “I dolori della Sardegna” [As dores da Sardenha], Antonio Gramsci se expressava nestes termos:

Por que deve ser proibido que *L'Avanti!* relembre que em Turim tiveram lugar os conselhos de administração das ferrovias da Sardenha e de algumas empresas de mineração? [...] Por que não podemos lembrar que os mineradores da Sardenha recebem salários de fome, enquanto os acionistas de Turim mantêm suas carteiras com dividendos cristalizados com o sangue dos mineradores da Sardenha, que muitas vezes se limitam a comer raízes para não morrer de fome? Por que deveria ser proibido lembrar que dois terços dos habitantes da Sardenha andam descalços no inverno e no verão, porque o preço das peles é elevado a níveis proibitivos pelos impostos protecionistas que enriquecem os industriais de couro de Turim, um dos quais é presidente da Câmara de Comércio? Por que é proibido lembrar que no Estado italiano, na Sardenha, camponeses, pastores e artesãos são tratados pior do que a colônia da Eritreia, pois o Estado “investe” na Eritreia enquanto explora a Sardenha, cobrando-lhe tributos imperiais?¹³

Em seu estudo *Rapporti di produzione e cultura subalterna* [Relações de produção e cultura subalterna], sobre uma formação econômico-social concreta como a rural da Sardenha, o antropólogo Giulio Angioni analisou as profundas diferenciações entre as camadas subordinadas e os níveis correspondentes de consciência social, em razão das diferentes formas de apropriação da riqueza. Essas estratificações sociais, com as consequentes diferenciações de “ideologias desorganizadas ou pedaços remendados de ideologias”, sofrem formas não lineares de exploração e dominação segundo modalidades que, em muitos casos, podem ser equiparadas às realidades “pré-capitalistas ou não capitalistas”.

Em áreas de desnível, como as chamadas “zonas internas” da Sardenha, por exemplo, as comunidades agrícolas e pastoris podem ser objeto de tamanha exploração e sujeitas a um regime tão repressivo que houve quem comparasse essas situações a um processo de rapina do tipo colonial ou semicolonial, enquanto, em outros

rante a greve do 4 de setembro de 1904 atirou contra os mineradores que se manifestavam pela redução do nível de exploração, pelo aumento dos salários e das medidas de proteção do trabalho nas minas. Esse acontecimento originou a primeira greve geral convocada pelo sindicato na história da Itália.

¹³ Antonio Gramsci, “I dolori della Sardegna”, edição piemontesa de *L'Avanti!*, 16 abr. 1919, em *Scritti 1915-1925* (Milão, Moizzi, 1976), p. 177.

casos, podemos falar de fácil absorção e “funcionalização”, pelo “sistema”, das peculiaridades locais e das eventuais resistências.¹⁴

Para Angioni, a noção de subdesenvolvimento e atraso deve ser sobreposta à de dependência e subordinação, que assume particular importância numa região periférica da área europeia como a Sardenha, que permaneceu até tempos relativamente recentes fora dos processos de industrialização. O atraso econômico e o fraco desenvolvimento das forças produtivas certamente influenciaram a configuração “primordial e gelatinosa” da sociedade civil, a expansão limitada desse conjunto de iniciativas privadas que, para Gramsci, formam o aparelho de hegemonia política e cultural das classes dominantes. Segundo Angioni, a transformação do regime fundiário durante o século XIX, de maneira “mais funcional para o desenvolvimento das regiões continentais do Reino”, constitui um “caso precoce de colonialismo interno” que, em vários aspectos, antecipa as características do desenvolvimento desigual típico da questão meridional posterior à Unificação:

Com alguma precisão, pode-se dizer que a Sardenha foi, de certo modo, um pequeno teste do processo de discriminação que se desenvolveu macroscopicamente mais tarde no contexto do Estado nacional italiano, dirigido pela burguesia industrial e financeira das regiões setentrionais e, secundariamente, pelos proprietários de terras e de outras classes de parasitas do Sul.¹⁵

Compreender Gramsci em profundidade sem ter consciência de quanto tal pano de fundo o influenciou parece irrealista ou, no mínimo, parcial. Não foi apenas na idade adulta que Gramsci chegou a uma visão do conflito de classe e da revolução como objetivação de um bloco social que reunia as reivindicações da classe operária setentrional e dos grupos subalternos do *Mezzogiorno*. Como dissemos na abertura deste volume, por sua importância, em Gramsci a questão camponesa não chegou apenas a partir da leitura de Lênin, mas teve suas raízes na concretude da formação social sarda, no conjunto de experiências de vida e observação cuidadosa de seu mundo, com todas as suas contradições. Essa matriz ressurgiu nos anos de militância socialista, quando a centralidade das relações desiguais de desenvolvimento entre o Norte e o Sul na defesa dos equilíbrios sociais passivos nacionais se tornou cada vez mais clara para Gramsci.

¹⁴ Giulio Angioni, *Rapporti di produzione e cultura subalterna. Contadini in Sardegna* (Cagliari, Edes, 1982), p. 55-6.

¹⁵ Ibidem, p. 70.

Já em artigo de abril de 1916, Gramsci encontrou na questão meridional um entrecruzamento de contradições paradigmáticas dos limites do processo de unificação nacional, a partir da escolha do modelo centralista, inadequado à realidade italiana e profundamente diferente do que Cavour tinha em mente. Depois de mais de mil anos, eram reunificados dois troncos da península até então caracterizados por formas de desenvolvimento histórico, econômico e até institucional completamente diferentes. “A centralização brutal”, escreveu o jovem Gramsci, concebia o Sul como um mercado colonial interno ao Norte, confundindo ou ignorando as reais necessidades do *Mezzogiorno*. A única alternativa à miséria absoluta era encontrada nos êxodos bíblicos da emigração em massa, enquanto a reação a esse estado de coisas se manifestou nas formas episódicas e inorgânicas da rebeldia camponesa ou do banditismo. Para Gramsci, o protecionismo foi o instrumento pelo qual a questão meridional tornou-se orgânica e estrutural; não por acaso, em 1913 o ainda muito jovem Gramsci uniu-se à Liga Antiprotecionista da Sardenha de Attilio Deffenu¹⁶, uma figura que o influenciou bastante, mas ainda pouco conhecido entre seus estudiosos. O protecionismo era a moeda de troca do bloco histórico que unia a burguesia industrial do Norte e as classes parasitárias de propriedades fundiárias meridionais, cujas contas eram pagas pela imensa plebe do Sul:

O protecionismo industrial elevava o custo de vida do camponês calabrês, sem que o protecionismo agrário, inútil para os produtores, [...] conseguisse restaurar o equilíbrio. A política externa dos últimos trinta anos tornou quase

¹⁶ Uma das figuras mais representativas da renovação política no novo século foi Attilio Deffenu, nascido em Nuoro, em 1890, e morto na batalha do rio Piave, em 16 de junho de 1918, com apenas 27 anos de idade. Filho do presidente da sociedade operária de Nuoro (Giuseppe), ele teve a oportunidade de viver esses anos intensamente, dando uma nova perspectiva às reivindicações tradicionais da Sardenha. Ao estudar direito em Pisa, Deffenu entrou em contato com socialistas e anarquistas, ligando-se às orientações de intelectuais como Georges Sorel e sindicalistas como Arturo Labriola. Colaborou com a revista anarquista *Il Pensiero* e com *Il Giornale d'Italia* e fundou, em 1914, a revista *Sardenha*. Deffenu ligou-se, especialmente, ao movimento antiprotecionista, escreveu um manifesto a respeito e publicou, em sua revista, um debate realmente novo e profundo, ainda que tenha ocupado apenas quatro números da publicação, sobre a questão da Sardenha. Em vez de se debruçar sobre os erros e a indiferença da política nacional em relação à Sardenha, um tema que certamente não é negligenciado, Deffenu preferiu analisar de forma concreta os temas econômicos e sociais do desenvolvimento desigual, propondo o estabelecimento de uma frente unida das regiões (meridionais) que mais sofreram com o processo desequilibrado de construção do Estado nacional, identificando a verdadeira origem de todos os seus males no clientelismo e na natureza parasitária das classes dominantes da Sardenha.

estéreis os benefícios advindos da emigração. As guerras eritreias, na Líbia, levaram à emissão de empréstimos internos, os quais absorveram as economias dos emigrados. Costuma-se falar de falta de iniciativa nos meridionais. É uma acusação injusta. O fato é que o capital sempre procura as formas de emprego mais seguras e lucrativas, e que o governo ofereceu os abonos quinquenais com muita insistência. Onde já existe uma fábrica, esta continua a se desenvolver para poupar, mas onde toda forma de capitalismo é incerta e aleatória, a poupança suada e acumulada com esforço não confia e vai procurar investir onde há lucro tangível. Assim, os latifúndios, que tendiam em algum período a se dividir entre os ricos americanos retornantes, continuarão a existir ainda por um tempo, graças ao flagelo da economia italiana, enquanto as empresas industriais do Norte encontram na guerra uma fonte de lucros colossais, e toda a potencialidade produtiva nacional voltada à indústria da guerra se circunscreve ainda mais ao Piemonte, à Lombardia, à Emília e à Ligúria, e faz esvair-se aquele pouco de vida que existia nas regiões do Sul.¹⁷

Em artigo publicado em 7 de julho do mesmo ano, na edição piemontesa de *l'Avanti!*, Gramsci retornou a esse tema. Na Itália, o protecionismo consolidou-se explorando habilmente os interesses antagonistas entre cidade e campo, contrapondo assim uma parte do país à outra, de modo a garantir o consenso das classes dirigentes regionalmente estabelecidas. Nessa dinâmica, o preço do trigo tornou-se uma alavanca para garantir a sobrevivência dos setores improductivos e parasitários, ao invés de ser um instrumento capaz de favorecer o desenvolvimento rural.

O tributo protecionista do trigo levou muitos do campo a semear em terras semiestéreis, com a segurança de um lucro ínfimo garantido artificialmente pelo Estado, pela razão usual do aumento de produtos nacionais. A situação de monopólio criada pela guerra, que de 29 francos levou o trigo a mais de 40 francos, serve para criar a ilusão de que, mesmo semeando na areia, sempre há o suficiente para ser ganho. Entretanto, os agricultores da planície Padana, que não semeiam na areia, mas nas terras férteis e irrigadas da Lombardia e da Emília em particular, obtêm ganhos fabulosos, que só encontram páreo nos superlucros industriais da guerra. É muito conveniente para esses senhores explorar o fato consumado da colheita de trigo de terras improductivas para insinuar que é preciso fixar o preço máximo para garantir aos agricultores pobres uma renda justa, mas, à custa de assumir atitudes aparentemente desagradáveis

¹⁷ Antonio Gramsci, “Il Mezzogiorno e la guerra”, *Il Grido del Popolo*, XXII, n. 610, 1º abr. 1916, em *Scritti giovanili 1914-1918* (Turim, Einaudi, 1958), p. 31-2.

e odiosas, é o proletariado, especialmente urbano, que deve reagir contra essas campanhas tendenciosas.¹⁸

Ainda sob o impacto do que ocorrera na Rússia em 1917, Gramsci retomou o tema em *L'Ordine Nuovo* de 2 de agosto de 1919, avançando na ideia de aliança entre operários e camponeses para superar a relação antagônica entre cidade e campo. No artigo, Gramsci descreveu o processo de concentração e centralização em perspectiva monopolista durante a guerra e o definitivo triunfo da forma imperialista de desenvolvimento do capitalismo italiano. Esse texto é particularmente interessante também porque nele estão presentes os primeiros elementos de sua leitura sobre os grupos subalternos, que posteriormente seriam centrais nos *Cadernos*. As formas atrasadas e parasitárias nas relações sociais em torno do regime feudal (na Rússia, na Itália, na França e na Espanha), corresponde determinada psicologia, na qual as instituições econômicas e políticas não são categorias históricas, mas categorias naturais e, enquanto tais, perpétuas. Na realidade, segundo Gramsci, a grande propriedade fundiária pôde conservar-se com essa forma somente por ter sido protegida da livre concorrência. Aqui também a mentalidade do camponês continuou a mesma do “servo da gleba”, tendendo a se rebelar periodicamente contra os “senhores”, porém incapaz de pensar em si mesmo como parte de uma classe que age coletivamente de acordo com um fim determinado e que parte da consciência no próprio terreno histórico. Estas passagens do artigo, embora não mencionem diretamente a Sardenha, trazem evidentes referências a sua realidade social:

A psicologia dos camponeses era, em tais condições, incontrolável; os sentimentos reais permaneciam ocultos, implicados e confusos num sistema de defesa contra explorações, puramente egoísta, sem continuidade lógica, composta em grande parte por furtividade e um falso servilismo. A luta de classes confundia-se com criminalidade, chantagem, queima das florestas, roubo de gado, rapto de crianças e mulheres; com ataques à municipalidade: era uma forma de terrorismo elementar, sem consequências estáveis e efetivas. Assim, a psicologia do camponês foi objetivamente reduzida a uma quantia muito pequena de sentimentos primordiais, dependentes das condições sociais criadas pelo Estado democrático-parlamentar: o camponês ficou completamente à mercê dos proprietários e seus bajuladores e oficiais públicos corruptos, e a maior preocupação de sua vida era defender-se fisicamente das armadilhas da natureza elementar, dos abusos e da barbárie cruel dos proprietários e funcionários públicos. O camponês sempre

¹⁸ Idem, “Clericali ed agrari”, edição piemontesa de *L'Avanti!*, XX, n. 187, 7 jul. 1916, em *Scritti giovanili 1914-1918*, cit., p. 42-3.

viveu fora do domínio da lei, sem personalidade jurídica, sem individualidade moral: ele permaneceu um elemento anárquico, o átomo independente de um tumulto caótico, apenas contido pelo medo da polícia e do diabo. Não entendia a organização, não entendia o Estado, não entendia a disciplina; paciente e tenaz no esforço individual de arrancar frutos escassos e magros da natureza, capaz de inauditos sacrifícios na vida familiar, ele era impaciente e selvagemente violento na luta de classes, incapaz de estabelecer um objetivo geral de ação e persegui-lo com perseverança e luta sistemática.¹⁹

No entanto, segundo Gramsci, a guerra e os sacrifícios das trincheiras mudaram radicalmente essa psicologia, favorecendo a irrupção no cenário político das classes, estratos sociais e categorias até então silenciosas, que se tornaram protagonistas da revolução dos soviéticos dentro de um amplo bloco social com a classe operária. É precisamente com base nessa visão que Gramsci elabora uma ideia de revolução que não é encontrada no restante do movimento socialista italiano. Conceitos adotados e desenvolvidos numa coluna de *L'Ordine Nuovo* em 3 de janeiro de 1920, em que, entre outras coisas, pode ser lida mais explicitamente a ideia do Sul como uma colônia de exploração no interior das modalidades passivas da modernização conservadora nacional.

Mesmo o nascimento do jornal *l'Unità*, já mencionado, estava intimamente ligado a essa perspectiva, tornada ainda mais urgente pela afirmação do fascismo como a consolidação desses equilíbrios passivos entre partes dinâmicas e outras partes parasitárias ou improdutivas da sociedade italiana. O jornal nasceu em plena crise da reação fascista e numa fase de profunda crise do recém-criado Partido Comunista, paralisado por uma concepção profundamente sectária, tanto da organização como das alianças de classe a serem perseguidas. Para combatê-lo com mais eficácia, a administração da Internacional aprovou a proposta de fundar um “periódico operário” capaz de consolidar o objetivo estratégico da unidade das classes subordinadas italianas, das massas trabalhadoras do Norte e das rurais do *Mezzogiorno*.

O famoso ensaio *Alcuni temi della questione meridionale* [Alguns temas da questão meridional] foi elaborado em outubro de 1926, um mês difícil e, sob vários aspectos, crucial para a vida de Antonio Gramsci: no dia 14, de fato, ele escreveu a famosa carta ao CC do PCR, na qual censurou os métodos usados para liquidar a oposição a Stálin, ao mesmo tempo que afirmava reconhecer-se nas posições expressas pela maioria. Com relação ao debate, Gramsci ponderou questões de mérito, distanciando-se claramente do método usado pelo grupo

¹⁹ Idem, “Operai e contadini”, *L'Ordine Nuovo*, 2 ago. 1919, em *Scritti politici* (Roma, Editori Riuniti, 1969), v. I, p. 227.

liderado por Stálin e conclamando o Partido Soviético para a necessária unidade, indispensável ao movimento comunista internacional, especialmente numa fase de refluxo como essa. Como atualmente é bem sabido, Togliatti, então representante do Partido em Moscou, recusou-se a encaminhar a carta, não compartilhando de seu conteúdo e abrindo uma divergência, acerca da qual já se discutiu e escreveu mais do que o suficiente, muitas vezes também fora de propósito, e em que não pretendemos adentrar. Um mês antes, Gramsci teve uma controvérsia muito séria com o diretor de *l'Unità*, Alfonso Leonetti, dando origem a uma série de cartas violentas²⁰ entre o secretário-geral e a equipe editorial, até sua prisão.

No ensaio sobre a questão meridional, Gramsci retomou alguns dos principais temas das *Teses de Lyon* com a intenção precisa de desenvolvê-las e lhes dar uma forma orgânica, a ponto de criar uma ferramenta de análise útil para entender melhor a gênese histórica do fascismo e identificar as ferramentas mais adequadas para derrotá-lo. Gramsci tinha consciência da importância dessa tarefa e do peso de sua responsabilidade, tanto que trabalhou escrevendo muito lentamente, ponderando o efeito de cada palavra, temendo não expressar o conteúdo de seu pensamento com a devida clareza. De acordo com vários testemunhos a esse respeito, principalmente o de Ruggiero Grieco, já relembrado várias vezes aqui, essa preocupação levou Gramsci a ter insônia e ansiedade, impelindo-o a submeter os rascunhos ao exame crítico de todos os camaradas que o procuravam. Como se sabe, o último documento antes do cárcere não tinha sido concluído em razão da sua prisão, ocorrida em 8 de novembro. Após uma reunião do grupo parlamentar comunista para discutir a atitude a ser tomada em relação à agenda na sessão da Câmara dos Deputados, marcada para o dia seguinte (restabelecimento da pena de morte e revogação da sede parlamentar dos deputados aventureiros), Gramsci estava voltando para casa, na rua Morgagni, às 22h30, quando foi preso. Conduzido ao centro de detenção Regina Coeli, foi submetido a confinamento solitário por dezessete dias, antes de iniciar a peregrinação por diversos centros prisionais do país.

O resgate de “La questione meridionale” [A questão meridional], recuperado na casa de Gramsci imediatamente após sua prisão, deve-se a Camilla Ravera, e sua publicação, a Palmiro Togliatti, que o fez sair na revista do Partido, *Lo Stato Operaio*, impressa em Paris em 1930. Em 6 junho de 1932, Gramsci escreveu a Tania Schucht uma carta muito importante para localizar “A questão meridional” em sua dimensão correta e entender como, a partir desse artigo, Gramsci enveredou para um caminho de análise sobre o “transformismo”, entendido não

²⁰ Para maiores detalhes, remetemos a Giuseppe Fiori, *Antonio Gramsci. Vita attraverso le lettere* (Turim, Einaudi, 1994), p. 121-4.

como simples fenômeno de mau costume político, mas como um processo preciso de formação das classes dominantes italianas por cooptação. Esse fenômeno implicava necessariamente uma redefinição da noção de Estado, que deveria ser estendida às diferentes graduações com as quais a dominação política se expressava na sociedade italiana.

Se você estudar toda a história da Itália a partir de 1815, verá que um pequeno grupo dirigente conseguiu absorver metodicamente em seu círculo todo o contingente político que os movimentos de massa, de origem subversiva, criavam. De 1860 a 1876, o Partido da Ação foi absorvido pela monarquia, deixando um remanescente insignificante que continuou a viver como Partido Republicano, mas tinha um significado mais folclórico do que histórico-político. O fenômeno foi chamado transformismo, mas não era um fenômeno isolado; foi um processo orgânico que substituiu, na formação dos dirigentes, o que havia acontecido na revolução com Napoleão, na França, e com Cromwell, na Inglaterra. De fato, mesmo após 1876, o processo continua, molecularmente. Ele assume uma escala imponente após a guerra, quando parece que o grupo dirigente tradicional não é capaz de assimilar e direcionar as novas forças nascidas dos eventos. Mas esse grupo dirigente é mais funesto e capaz do que se poderia pensar: a absorção é difícil e pesada, mas ocorre, apesar de tudo, de várias maneiras e com métodos diferentes. A atividade de Croce é uma dessas formas e métodos; seu ensino produz a maior quantidade de “sucos gástricos” adequados à função da digestão. Colocada numa perspectiva histórica, da história italiana, é claro, a diligência de Croce aparece como a máquina mais poderosa para conformar as novas forças vitais que o grupo dominante tem hoje.²¹

Como o próprio Gramsci deixou claro no início, a redação do ensaio inspirou-se na publicação, na revista *Quarto Stato*, de um artigo em que se analisou o livro de Guido Dorso, *La rivoluzione meridionale* [A revolução meridional]. De fato, no artigo em questão, fez-se uma acusação específica contra o grupo ordinovista: ter tratado a questão meridional com uma atitude demagógica inteiramente focada na “fórmula mágica” da subdivisão das grandes propriedades entre os proletários rurais. Contrariamente a essa tese, confirmada por um artigo de *L'Ordine Nuovo* de 3 de janeiro de 1920, citado no ensaio, Gramsci reivindicou aos comunistas de Turim o mérito de ter tirado a questão meridional de um indistinto âmbito intelectualista, apresentando-a à classe operária como um problema central para a política nacional do proletariado. A questão meridional foi subtraída ao monopólio dos grandes “gurus” do mundo acadêmico e intelectual a que os editores da

²¹ Antonio Gramsci, *Lettere dal carcere* (Turim, Einaudi, 1975), p. 232.

Quarto Stato se referiam e, ao mesmo tempo, o campo foi liberado da abordagem antimeridionalista, que beirava o racismo, típico da tradição socialista italiana. Para a intelectualidade positivista do PSI, e num nível elementar para as massas do Norte, o atraso do *Mezzogiorno* não tinha razões históricas de caráter social e econômico, mas genéticas, biológicas.

O *Mezzogiorno* é a bola de chumbo que impede o progresso mais rápido no desenvolvimento civil da Itália; os meridionais são seres biologicamente inferiores, semibárbaros ou bárbaros completos, por destino natural; se o *Mezzogiorno* está atrasado, a culpa não é do sistema capitalista ou de qualquer outra razão histórica, mas da natureza, que tornou os meridionais poltrões, incapazes, criminosos, bárbaros, temperando essa má sorte com a explosão puramente individual de grandes gênios, que são como palmeiras solitárias num deserto árido e estéril; [...] o Partido Socialista deu seu aval a toda a literatura meridionalista da camarilha de escritores da chamada escola positiva, como os [Enrico] Ferri, os [Giuseppe] Sergi, os [Alfredo] Niceforo, os [Paolo] Orano, que em esboços, artigos, contos, romances, livros de impressões e de memórias repetiram de diversas maneiras o mesmo refrão; mais uma vez, a ciência destinava-se a esmagar os pobres e os explorados, mas desta vez estava envolta em cores socialistas, fingindo ser a ciência do proletariado.²²

Para Gramsci, os comunistas de Turim já tinham colocado a questão meridional nos termos de uma conquista “hegemônica” do proletariado do Norte diante das massas desagregadas do Sul:

Os comunistas de Turim tinham se colocado concretamente a questão da hegemonia do proletariado, isto é, da base social da ditadura do proletariado e do Estado operário. O proletariado pode se tornar uma classe dirigente e dominante na medida em que conseguir criar um sistema de alianças de classe que lhe permita mobilizar a maioria da população trabalhadora contra o capitalismo e o Estado burguês, o que significa, na Itália, nas relações reais de classe existentes na Itália, na medida em que conseguir obter consenso sobre as grandes massas camponesas.²³

As condições particulares de desenvolvimento da sociedade italiana, sua história e tradição fizeram com que a questão camponesa assumisse duas formas típicas e peculiares, a questão meridional e a questão do Vaticano. Estabelecer o objetivo histórico de conquistar a maioria dos explorados pelo proletariado

²² Idem, *La questione meridionale* (Roma, Editori Riuniti, 1991), p. 9-10.

²³ Ibidem, p. 8.

significa assumir essas questões socialmente e torná-las próprias, ou seja, incorporar as necessidades de classe das massas camponesas, tanto nas demandas imediatas quanto no programa revolucionário para a transição²⁴.

Segundo Gramsci, para cumprir sua função histórica de “classe geral”, o proletariado teria de assumir um papel de liderança em relação aos camponeses e a algumas categorias semiproletárias da cidade, ou seja, abandonar qualquer mentalidade corporativa e sindical residual. Seus membros deveriam se apresentar e pensar como membros de uma classe capaz de dirigir tanto camponeses quanto intelectuais. Esse era o único caminho a ser trilhado para que o proletariado, ainda uma minoria da população italiana, pudesse iniciar um processo revolucionário. Na ausência dessa função de liderança, aqueles estratos sociais oscilantes, potencialmente sensíveis à radicalização, permaneceriam sob a hegemonia da burguesia, ajudando a fortalecer seu domínio.

O abandono de uma mentalidade puramente corporativa constituía, portanto, a condição prévia para o desempenho de um papel de liderança e para evitar a absorção da classe trabalhadora, justamente em razão de seus interesses corporativos, pelo bloco social dominante. Gramsci explicava esse fenômeno remetendo-se a algumas experiências históricas concretas da classe operária italiana. Em particular, a proposta de gestão direta da empresa de forma cooperativa, apresentada pela Fiat aos trabalhadores que ocupavam a fábrica, foi interpretada à luz dessas considerações. Com base nos interesses da categoria, dados pela iminência de uma nova crise econômica e pela necessidade de salvaguardar empregos em perigo, os líderes reformistas do Partido Socialista e da CGL mostraram-se a favor dessa solução. A seção socialista de Gramsci interveio, pedindo aos operários que a rejeitassem.

Uma grande empresa como a Fiat só pode ser assumida pelos trabalhadores se eles estiverem determinados a entrar no sistema de forças políticas burguesas que hoje governam a Itália. A burguesia, mesmo antes da guerra, já não podia governar tranquilamente. [...] Após a década sangrenta de 1890-1900, a burguesia teve que renunciar a uma ditadura muito exclusivista, violenta e escancarada: os camponeses meridionais e os trabalhadores do Norte se levantaram

²⁴ Esta é provavelmente a passagem na qual emerge com maior clareza a repropósito criativa e a aplicação à realidade italiana concreta dos conceitos desenvolvidos por Lênin no III Congresso da IC. Assim como, naquele Congresso, Lênin ressaltou a necessidade da conquista hegemônica da maioria dos explorados, citando como exemplo os bolcheviques, que incorporaram o programa agrário dos socialistas revolucionários e em pouco tempo conquistaram o apoio dos camponeses em diversos sovietes, Gramsci também se colocou o problema de incorporar a questão meridional e camponesa no programa revolucionário dos comunistas italianos.

contra ela simultaneamente, ainda que sem coordenação. No novo século, a classe dominante inaugurou uma nova política, de alianças de classe, de blocos políticos de classe, isto é, de democracia burguesa. Ela teve de escolher: ou uma democracia rural, isto é, uma aliança com os camponeses meridionais [...], ou um bloco industrial capitalista-operário, sem sufrágio universal, pelo protecionismo aduaneiro, pela manutenção da centralização do Estado (expressão do domínio burguês sobre os camponeses, especialmente do *Mezzogiorno* e das ilhas), para uma política de reforma dos salários e das liberdades sindicais. Não foi por acaso que escolheu essa segunda solução; Giolitti encarnava o governo burguês; o Partido Socialista tornou-se o instrumento da política giolittiana.²⁵

No curso dos anos 1920, Giolitti tentou novamente a mesma estratégia, procurando incluir a classe operária setentrional em seu bloco de poder; a implementação de tal objetivo representaria a total subordinação da classe operária e sua divisão:

O que acontecerá se os funcionários da Fiat aceitarem as propostas da Direção? Os estoques industriais atuais se tornarão títulos; isto é, a cooperativa terá de pagar um dividendo fixo aos acionistas, independentemente do volume de negócios. A empresa Fiat será fatiada de todas as maneiras pelas instituições de crédito, que permanecem nas mãos da burguesia, que têm interesse em reduzir os operários a seu critério. Os operários terão necessariamente de se vincular ao Estado, que os ajudará por meio do trabalho dos deputados dos trabalhadores, por meio da subordinação do partido político dos operários à dinâmica do governo. Aqui está o plano da Giolitti em sua aplicação completa. O proletariado de Turim não existirá mais como classe independente, mas apenas como apêndice do Estado burguês. O corporativismo de classe terá triunfado, mas o proletariado terá perdido sua posição e sua função de dirigente e de guia; parecerá privilegiado para as massas dos trabalhadores mais pobres; parecerá um explorador para os camponeses, da mesma maneira que os burgueses.²⁶

A inclusão orgânica no bloco giolittiano teria levado as massas desagregadas do Sul a se oporem à classe operária, ao invés de favorecer o estabelecimento de um novo bloco social em oposição ao “histórico”. Portanto, a mentalidade corporativa (e com ela o sindicalismo) constituiu para Gramsci um dos principais veículos através dos quais a burguesia implementou seus processos inclusivos e transformistas em direção às aristocracias operárias, destacando-as de todas as

²⁵ Antonio Gramsci, *La questione meridionale*, cit., p. 20.

²⁶ Ibidem, p. 24.

classes subordinadas, decapitando o movimento operário e neutralizando, em última análise, qualquer hipótese de radicalização revolucionária.

Como veremos mais detalhadamente, para Gramsci “todo organismo social tem seu próprio princípio ótimo de proporções definidas”, e o do bloco agrário meridional alcançou seu grau máximo de centralização no campo ideológico. Segundo Paggi, no pensamento de Gramsci, isso está de acordo com a convicção de que toda a filosofia idealista italiana está, de alguma forma, relacionada à ideia de autonomia e continuidade ininterrupta da classe intelectual, que acaba criando uma correspondência entre a “ocultação teórica dos contrastes sociais, característica dessa filosofia”, e a função hegemônica que ela desempenha, e isso se deu precisamente através da realização do nível máximo de centralização no campo ideológico, através da atribuição de um estatuto especial aos intelectuais como classe²⁷.

Gramsci definiu o *Mezzogiorno* como “uma grande desagregação social”, na qual os camponeses não têm coesão entre si. As massas camponesas, que compunham a maioria da população do Sul, deixando de dar “expressão centralizada” a suas aspirações, materializaram seu fermento perene através de um estado de rebelião endêmica desprovida de perspectivas. Acima dessas massas, estruturava-se o aparelho de dominação do bloco agrário, capaz, através de suas “proporções definidas”, de manter permanentemente as massas camponesas em sua condição “amorfa e desagregada”, evitando qualquer forma de coesão para esse estado perene de fermentação.

O estrato médio dos intelectuais recebe da base camponesa os impulsos por sua atividade política e ideológica. Os grandes proprietários no campo político e os grandes intelectuais no campo ideológico centralizam e, finalmente, dominam todo esse conjunto de manifestações. Como é natural, é no campo ideológico que a centralização ocorre com maior eficácia e precisão. Giustino Fortunato e Benedetto Croce, portanto, representam as pedras angulares do sistema meridional e, em certo sentido, são as maiores figuras da reação italiana.²⁸

No sistema meridional, portanto, o papel dos intelectuais intermediários assumia grande importância, porque eles criavam a conexão entre o grande proprietário e o agricultor. Esse tipo de intelectual, oriundo da pequena e média burguesia agrária, que vivia geralmente do aluguel de suas propriedades alugadas ou compartilhadas, constituía uma sobrevivência da velha sociedade, posteriormente substituída nas sociedades industriais pelo intelectual organizador, técnico,

²⁷ Leonardo Paggi, *Le strategie del potere in Gramsci* (Roma, Editori Riuniti, 1984), p. 334.

²⁸ Antonio Gramsci, *La questione meridionale*, cit., p. 28.

especialista da ciência aplicada. Essa estratificação parasitária, típica da sociedade meridional, foi depois analisada em detalhes nas notas sobre *Americanismo e fordismo* nos *Cadernos*, precisamente com o intuito de compreender algumas das razões econômicas e sociais fundamentais do fascismo²⁹.

Para Gramsci, o fascismo e o americanismo-fordismo são as duas respostas, profundamente diferentes, que a civilização burguesa deu à sua “crise orgânica” no início do século XX: a primeira é uma solução profundamente regressiva, é uma raivosa defesa da ordem estabelecida tradicional, do sistema de privilégios e da estratificação dos arrendatários parasitas que ao longo dos séculos se acumularam na sociedade europeia; o segundo, ao contrário, constitui uma perspectiva programática de abandono do antigo individualismo econômico, portanto progressivo e racional, embora também marcado por suas íntimas contradições. Como assinala Alberto Burgio numa das obras mais interessantes sobre o intelectual da Sardenha, “a tentativa americana contém, aos olhos de Gramsci, elementos de racionalidade indubitável, potencialmente capaz de determinar a superação desse velho individualismo econômico cuja defesa constituía, ao contrário, um objetivo constitutivo do fascismo, como sabemos”³⁰.

O fenômeno também era estudado em relação à “queda tendencial da taxa de lucro”, como uma tentativa de superar sua persistência. Tudo, portanto, desde o aprimoramento de máquinas e técnicas de produção, incluindo a construção de uma nova figura operária, a redução de desperdícios e o uso de subprodutos, teve como objetivo passar de uma fase de aumento de custos para outra de custos decrescentes, embora com o aumento do capital constante.

O americanismo-fordismo e seu esforço na construção de uma economia programática marcaram a substituição das velhas classes plutocráticas por meio da criação de um novo sistema de acumulação e distribuição de capital financeiro, fundado imediatamente na produção industrial e expurgado de todos os filtros de intermediação típicos da civilização europeia. Não por acaso, na Europa, as tentativas de introduzir esses elementos da economia programática encontraram muitas resistências “intelectuais e morais”, mas, acima de tudo, deram origem à tentativa falaciosa de reconciliar o fordismo com a estrutura sociodemográfica anacrônica do antigo continente. Nas palavras de Gramsci:

A Europa gostaria de ter a garrafa cheia e a esposa bêbada, todos os benefícios que o fordismo produz na capacidade de competição, mantendo seu exército de

²⁹ Gianni Fresu, “Americanismo e fordismo: l'uomo filosofo e il gorilla ammaestrato”, *NAE: Trimestrale di Cultura*, Cuec, Cagliari, n. 21, ano 6, 2008, p. 54 e 58.

³⁰ Alberto Burgio, *Gramsci storico. Una lettura dei Quaderni del Carcere* (Bari, Laterza, 2003), p. 212.

parasitas que devoram grandes massas de mais-valor, agravam os custos iniciais e diminuem o poder da concorrência no mercado internacional.³¹

É nessa contradição que se deve buscar a origem mais profunda da “crise orgânica” que atingiu as grandes nações europeias no período pós-guerra.

O americanismo, para realizar-se concretamente, precisa de uma condição preliminar de “composição demográfica racional”, ou seja, que não existam grandes classes sem uma função essencial no mundo produtivo, “classes parasitárias”. Ao contrário, a civilização europeia, e sobretudo a meridional, caracterizou-se pela proliferação de classes similares geradas pela riqueza e complexidade da história passada, que deixaram um amontoado de sedimentos passivos por intermédio dos fenômenos de saturação e fossilização de funcionários e intelectuais estatais, clero e propriedade da terra, comércio de rapina e Exército. No *Caderno 7*, Gramsci comenta um artigo de Alfredo Rocco de 1931, no qual são analisadas as diferentes capacidades econômicas da França e da Itália. Gramsci recoloca a questão principal, que é o fato de que na Itália existem classes parasitárias muito maiores que na França, das quais a mais importante é a burguesia rural³².

Quanto mais antiga a história de um país, mais extensas e prejudiciais são essas “sedimentações de massas ociosas e inúteis que vivem do ‘patrimônio’ dos ‘avós’, desses pensionistas da história econômica”³³. Era evidente que essa realidade estava atuando no sistema italiano das “cem cidades”³⁴, resultado daquele aparato de “diligência não produtiva” que caracteriza o “mistério de Nápoles”: “Para uma grande população desse tipo de cidade pode-se repetir o provérbio popular: quando um cavalo defeca, cem pardais fazem o desjejum”³⁵. Nesse sentido, o sistema de anuidades garantidas à propriedade fundiária meridional, por meio do sistema de compartilhamento primitivo ou de arrendamentos, gerava

³¹ Antonio Gramsci, *Quaderni del carcere*, cit., p. 2.141.

³² Ibidem, p. 807.

³³ Ibidem, p. 2.141.

³⁴ A expressão “cento città” [cem cidades] refere-se à histórica fragmentação da Itália que, em um território limitado, produziu a proliferação de cidades com sistemas, usos e costumes muito diferentes entre si. A existência desses sistemas demonstrava, segundo Gramsci, a falta de um processo de unificação nacional e o nascimento de um Estado moderno capaz de superar o “corporativismo municipal” da Itália entre os séculos XV e XX. Todavia, essa fragmentação produziu também a grande riqueza cultural que se traduz, por exemplo, na variedade gastronômica do país, marcado também por enormes diferenciações linguísticas e de tradições numa área muito concentrada. Depois da unidade da Itália, a partir de 1887, o editor Sonzogno publicou *Le cento città d'Italia illustrate*, fascículos para apresentar aos próprios italianos toda essa variedade e suas características.

³⁵ Antonio Gramsci, *Quaderni del carcere*, cit., p. 2.143.

uma das formas mais monstruosas e prejudiciais de acumulação de capital, porque se baseava num nível de exploração usurária da pobreza agrícola e porque tais arrendamentos eram extremamente caros, uma vez que, para manter o alto padrão de vida das famílias dos “senhores”, acostumados a viver parasitariamente da renda das grandes propriedades, eram necessárias quantias cada vez maiores, que não permitiam o acúmulo de poupança, muito menos qualquer tipo de investimento produtivo da renda agrária.

Precisamente pela tutela das articulações de “parasitismo absoluto”, o fascismo surgia, por sua natureza, em profunda contradição com as tentativas da racionalização fordista.

A ocasião para explicar os motivos estava contida nas notas de comentários de alguns escritos de Massimo Fovel³⁶, em que o corporativismo é interpretado como uma premissa indispensável para a modernização taylorista da produção italiana, capaz de superar a persistência econômica semifeudal que retira porções de mais-valor roubadas à acumulação e à economia. Na realidade, para Gramsci, o corporativismo não nasceu com a intenção de reorganizar as estruturas de produção do país, mas por meras razões de “polícia econômica”.

Na Itália, a classe trabalhadora nunca se opôs às inovações técnicas destinadas a reduzir custos e a racionalizar o trabalho; pelo contrário, analisando sem preconceitos a fase anterior a 1922 e, ainda, o ano de 1926, parecia que o próprio movimento operário se tornara o portador dessas exigências. No corporativismo, as razões negativas de “polícia econômica” prevaleceram sobre qualquer elemento positivo da renovação real da política econômica. O americanismo exigiu como condição a existência de determinado ambiente econômico e estatal de tipo liberal, caracterizado pela livre-iniciativa e pelo individualismo econômicos, chegando “com seus próprios meios, como sociedade civil, ao regime da concentração industrial e do monopólio”³⁷.

Ao contrário do que Fovel argumentou, o corporativismo não levou à superação de incrustações parasitas e semifeudais que subtraíam cotas de mais-valor, mas as protegeu. Precisamente aí residia, num nível puramente econômico, a natureza decididamente mais regressiva do fascismo em comparação com o americanismo, bem como na clara predominância desses elementos de “polícia econômica”:

O Estado [fascista] cria novos rentistas, ou seja, promove as antigas formas de acumulação parasitária de poupança e tende a criar quadros sociais fechados. Na realidade, até agora, a orientação corporativa trabalhou para sustentar posições perigosas de classe média, não para eliminá-las e, devido aos interesses constituídos

³⁶ N. Massimo Fovel, *Economia e corporativismo* (Ferrara, S.A.T.E., 1929).

³⁷ Antonio Gramsci, *Quaderni del carcere*, cit., p. 2.157.

que emanam da antiga base, está se tornando cada vez mais uma máquina de conservação do existente assim como é, e não uma mola de propulsão. Por quê? Porque a política corporativa também depende do desemprego: garante aos empregados certo mínimo de vida que, se a concorrência fosse livre, entraria em colapso, causando sérios distúrbios sociais; e cria ocupações de novo tipo, organizativo e improdutivo, para os desempregados das classes médias.³⁸

Ao contrário da Itália, os Estados Unidos não estavam sobrecarregados com o “lastro histórico” das classes parasitárias, o que também explicava sua extraordinária capacidade de acumular capital, mesmo na presença de um padrão de vida claramente mais elevado que o das classes populares europeias. A ausência de tal sedimentação deu uma base saudável à indústria e ao comércio, permitindo uma redução significativa de muitas fases intermediárias entre a produção e a comercialização dos bens. Isso inevitavelmente teve efeitos positivos na acumulação, na capacidade de investimento e na distribuição da riqueza produzida. Essas precondições tornaram, portanto, o processo de racionalização entre produção e trabalho relativamente fácil pela combinação de coerção social (a destruição do sindicalismo operário) e consenso (altos salários, benefícios sociais, propaganda ideológica e política). O americanismo consistia em concentrar toda a vida do país na produção: “A hegemonia nasce na fábrica e, para ser exercida, não requer mais que uma quantidade mínima de intermediários profissionais da política e da ideologia”³⁹.

No Sul da Itália, por outro lado, o controle social era garantido precisamente por intelectuais cuja principal função política era, para Gramsci, impedir a formação de organizações de massa autônomas e independentes, de camponeses capazes de selecionar quadros camponeses, de origem camponesa. Quando os trabalhadores rurais conseguiam entrar nas estruturas institucionais do Estado, como as administrações locais ou o Parlamento, isso sempre acontecia por intermédio de “composições e decomposições de partidos locais, cuja cúpula é constituída por intelectuais, mas que são controlados pelos grandes proprietários e seus homens de confiança, como [Antonio] Salandra, [Vittorio Emanuele] Orlando, Antonio Colonna Di Cesarò”⁴⁰. Os intelectuais criam o bloco agrário, “intermediário e supervisor” do capitalismo parasitário no Norte:

Acima do bloco agrário, funciona no *Mezzogiorno* um bloco intelectual que praticamente serviu até agora para impedir que as fissuras do bloco agrário se tornem

³⁸ Idem.

³⁹ Ibidem, p. 2.146.

⁴⁰ Antonio Gramsci, *La questione meridionale*, cit., p. 37.

perigosas demais e causem avalanches. Os expoentes desse bloco intelectual são Giustino Fortunato e Benedetto Croce, que podem, portanto, ser considerados os reacionários mais laboriosos da península.⁴¹

A grande desintegração social do *Mezzogiorno* não se referia apenas às massas camponesas, mas também aos próprios intelectuais. Assim, no Sul, junto com as grandes propriedades, houve grandes acúmulos culturais e de inteligência de indivíduos autônomos ou em pequenos grupos de grandes intelectuais, enquanto qualquer forma de organização da cultura média estava totalmente ausente. No *Mezzogiorno* havia editoras importantes, como a Laterza, academias e empreendimentos culturais de grande importância, mas, ao mesmo tempo, não havia revistas pequenas e médias, nem editoras em torno das quais grupos de intelectuais médios meridionais pudessem se organizar. Por esse motivo, os intelectuais que conseguiram enfrentar a questão meridional em termos radicais, emancipando-se do bloco agrário, tiveram a possibilidade de realizar esse processo apenas em editoras fora do *Mezzogiorno*. Em tudo isso, Benedetto Croce e Giustino Fortunato desempenhavam uma função muito específica: “supremos moderadores políticos e intelectuais”, comprometidos em evitar um salto qualitativo revolucionário na maneira de lidar com os problemas meridionais. Croce e Fortunato foram definidos por Gramsci como “homens de grande cultura e inteligência”, ligados à cultura europeia e mundial e, ainda assim, enraizados no terreno cultural meridional de origem, verdadeiros instrumentos de treinamento cultural e político capazes de cooptar, no bloco do poder nacional, os intelectuais que surgiram no terreno cultural do Sul:

Eles tinham todas as habilidades necessárias para satisfazer as necessidades intelectuais dos representantes mais honestos da juventude instruída do *Mezzogiorno*, para consolar suas inquietas veleidades de revolta contra as condições existentes [...]. Nesse sentido, Benedetto Croce desempenhou uma grande função *nacional*: separou os intelectuais radicais do *Mezzogiorno* das massas camponesas, fazendo-os participar da cultura nacional europeia e, por meio dessa cultura, fez com que fossem absorvidos pela burguesia nacional e, portanto, pelo bloco agrário.⁴²

Para Gramsci, a análise detalhada do bloco intelectual do *Mezzogiorno*, “a armadura flexível, mas muito resistente, do bloco agrário”, não se destinava apenas ao conhecimento desinteressado. Em sua concepção da revolução na Itália, entre as tarefas dos comunistas estava, acima de tudo, a desintegração desse bloco. Um

⁴¹ Idem.

⁴² Ibidem, p. 39.

objetivo perseguido com duas linhas de ação: com base num acurado trabalho de direção política, promover a organização de massas cada vez mais amplas de camponeses pobres em formação autônoma e independente das estruturas sociais dominantes; causar uma ruptura de caráter orgânico na massa de intelectuais, produzindo entre eles uma tendência de esquerda, orientada favoravelmente à função dirigente da classe operária.

A colaboração com Piero Gobetti e outros membros do grupo Rivoluzione Liberale, de parte de *L'Ordine Nuovo*, respondia precisamente a essa necessidade. Gobetti e seu grupo, de fato, embora não fossem comunistas, colocaram o proletariado urbano como protagonista moderno da história italiana e da questão meridional; serviram como intermediários entre o proletariado e certos estratos intelectuais, trabalhando em prol dessa ruptura nas fileiras dos intelectuais meridionais. A colaboração com Gobetti, portanto, tinha uma dupla função para Gramsci: em primeiro lugar, conectar a classe operária com os intelectuais nascidos no terreno da técnica capitalista que tinham assumido uma posição de esquerda durante o período do “biênio vermelho”; segundo, conectar a classe operária com os intelectuais meridionais que colocaram a questão sulista fora dos padrões tradicionais do bloco intelectual hegemonizado por Benedetto Croce, introduzindo o proletariado do Norte. Dessa maneira, teria contribuído ainda mais para eliminar os resquícios da mentalidade corporativa da classe operária, colocando-a à frente daqueles intelectuais e das massas camponesas autonomizadas pelo bloco agrário e pelas massas semiproletárias das cidades, criando, em suma, um novo bloco social revolucionário.

A elaboração desse ensaio ocorreu em meio ao segundo golpe de Estado de Mussolini, quando o regime se desembaraçou definitivamente das proteções estatutárias residuais à pluralidade democrática, anulando também pela via normativa as liberdades individuais e coletivas já de fato violadas. As *leis fascistíssimas* colocaram o Grande Conselho do fascismo no topo do Estado. A ele se atribuiu a maioria dos poderes anteriormente pertencentes ao Parlamento. Instituiu-se o Tribunal Especial de Defesa do Estado, restabeleceu-se a pena de morte, institucionalizou-se a milícia paramilitar do Partido Fascista – renomeada Milícia Voluntária para Segurança Nacional – e fascistizaram-se os códigos de processo civil e criminal. Juntamente com os partidos e as organizações, suprimiram-se todos os sindicatos, exceto os fascistas. A ocasião para passar às vias de fato foi o ataque fracassado a Mussolini em 31 de outubro de 1926; no entanto, já em agosto, Gramsci previra que o PCd'I seria colocado na ilegalidade, indicando a necessidade de preparar mais rapidamente uma estrutura clandestina eficiente. Em poucas semanas, colocou-se em marcha a máquina repressiva, preparada pela via normativa nos meses anteriores, aperfeiçoando os mecanismos e aparelhos da perseguição legal às oposições, começando com o cancelamento de todos os

passaportes estrangeiros. Para a organização comunista, assim como para todas as outras forças antifascistas, abriu-se o abismo de uma ditadura policial ainda mais aberta, uma autêntica “caça ao homem”⁴³, rua por rua: as equipes fascistas, agora totalmente amparadas pela lei, devastavam partidos, sindicatos e redações de jornais, praticando o uso indiscriminado do terror. Os líderes do Partido Comunista, a começar por Gramsci, foram presos, iniciando seu calvário nos tribunais especiais entre a prisão e o confinamento forçado. A ação repressiva foi extremamente eficaz e, em dezembro de 1926, um terço de seus membros estava preso. Não cabe lidar aqui com esses eventos em detalhes, que são extensivamente tratados em numerosas publicações de reconstrução historiográfica e memórias. Basta lembrar o ponto de não retorno, desencadeado entre 1926 e 1927, para entender o clima a partir do qual tem início a fuga dos antifascistas⁴⁴ que escaparam da prisão e as imensas dificuldades da vida na clandestinidade dos imprudentes que encontraram a coragem para desafiar o fascismo de qualquer maneira, permanecendo em sua pátria, com o propósito de fazer-lhe oposição⁴⁵. Nesse clima, uma mulher foi protagonista da reconstituição imediata de um escritório de secretariado clandestino, Camilla Ravera, que assim reconstruiu o início da vida clandestina em suas memórias:

Numa pequena casa de campo, perto de Gênova, em Sturla, em novembro de 1926, organizei o secretariado clandestino do Partido Comunista: entrava-se por uma estrada pedregosa e estreita, entre sebes grossas e muros robustos; [...] eu a escolhi exatamente por causa daquele jardim que a isolava e a confundia com outras semelhantes espalhadas naquele campo. [...] Aparentemente, naquela casa estávamos sempre em três: eu, Giuseppe Amoretti e Anna Bessone. Para dar a nossa vida uma aparência normal, semelhante à das famílias que moram por lá, contratamos uma idosa muito surda do lugar, que vinha arrumar as salas ocupadas no térreo todas as manhãs; os cômodos do andar superior estavam desabitados. [...] À noite começavam as reuniões, as discussões entre nós do centro, com os

⁴³ A expressão é de Velio Spano (1905-1964), renomado dirigente sardo no Partido Comunista Italiano entre 1923 e 1946 e figura de destaque do antifascismo.

⁴⁴ No mês de dezembro constituiu-se o centro externo do PCd'I em Paris, com Grieco, Togliatti e Tasca.

⁴⁵ “Continuam trabalhando na Itália Camilla Ravera, Paolo Ravazzoli, Alfonso Leonetti, Ignazio Silone, Luigi Ceriana, Carlo Venegoni, Pietro Tresso e Teresa Recchia. Camilla Ravera, que assume a tarefa de reorganizar o centro interno do Partido, toma uma série de medidas importantes. Gênova é escolhida como sede do escritório de secretariado e outros escritórios, enquanto o escritório do sindicato chefiado por Ravazzoli é estabelecido em Milão” (Paolo Spriano, *Storia del Partito Comunista Italiano*, v. 2: *Gli anni della clandestinità*, Roma, Editori Riuniti, 1969, p. 96).

camaradas que vinham de outros lugares. As discussões se estendiam, muitas vezes, até tarde da noite; e os companheiros de passagem tinham de ser acomodados nos aposentos superiores da casa e partir, no dia seguinte, na ponta dos pés, sem deixar vestígios. Ignazio Silone dera à nossa sede o nome de Albergue dos Pobres.⁴⁶

Concomitantemente, a milhares de quilômetros dali, a luta pela sucessão de Lênin atingiu seu auge, abrindo um confronto dramático e sem precedentes na liderança do Partido Comunista Bolchevique, destinado a afetar adversamente o destino e a linha do Comintern e suas seções nacionais. Entre eles, a italiana foi a mais exposta a flutuações e, portanto, sujeita a pressões de Moscou, devido a sua grave situação político-organizacional resultante da ditadura e da prisão de seu principal dirigente. Precisamente entre novembro e dezembro de 1926, no auge da repressão na Itália, realizou-se em Moscou o VII Plenário da Internacional Comunista, em que o confronto muito duro na cúpula do Partido Russo ocorreu com a divisão entre os partidários da visão do “socialismo num só país”, apoiada por Stálin e Bukhárin, e os da “revolução permanente” de Trótski, apoiada por Zinoviev e Kámenev. Como se sabe, os três principais líderes do Partido Russo, que entraram em conflito com Stálin, acabaram sendo definitivamente liquidados no final desse confronto. Também não nos aprofundaremos nessa questão, limitando-nos a lembrá-la para esclarecer o autêntico desastre político-organizacional com que os comunistas italianos lidaram na transição entre 1926 e 1930, ao qual se somou o choque dramático no principal partido da Internacional, cuja gravidade levou Gramsci a concluir todos ao senso de responsabilidade na famosa carta ao Comitê Central do Partido Comunista Bolchevique, escrita menos de um mês antes de sua prisão. Os protagonistas foram os primeiros a reconhecer o choque, depois corroborado pelos impiedosos dados da pesquisa histórica: em todos os aspectos, 1927 foi o *annus horribilis* da história comunista na Itália. O chefe de polícia Arturo Bocchini estabeleceu a inspeção especial altamente eficiente de Milão contra dissidentes políticos, *Organizzazione per la Vigilanza e la Repressione dell'Antifascismo* (Ovra) [organização para a vigilância e a repressão ao antifascismo], que foi então estruturada e operacionalizada em todo o território nacional. Para Spriano, a proporção entre repressores e reprimidos é de um para um:

Se 100 mil estão alistados [no Partido Comunista], há ao menos o mesmo número de policiais (dos agentes dos serviços de investigação da PS e da MVSN⁴⁷ aos

⁴⁶ Camilla Ravera, em Cesare Pillon, *I comunisti nella storia d'Italia* (Roma, Edizioni del Calendario, 1967).

⁴⁷ Em 1925 foi criado um corpo autônomo de *Pubblica Sicurezza* (PS) [segurança pública], que deu origem à *polizia* [polícia]. A MVSN era a *Milizia Volontaria per la Sicurezza Nazionale*

carabinieri, aos funcionários dos ministérios em serviço especial, aos soldados da fronteira, do porto, da ferrovia) que são principalmente designados ou trabalham exclusivamente para fortalecer a vigilância e a repressão política. A julgar pelo exame dos documentos relativos às oposições, pelo menos três quartos do trabalho realizado por esse verdadeiro exército tinham como alvo a conspiração dos comunistas.⁴⁸

Em 13 de março de 1927, começaram em Roma os grandes julgamentos do Tribunal Especial, inicialmente tratando dos prisioneiros comunistas antes da virada de 1926, em particular 39 membros da organização de Florença presos em 1925. A partir desse momento, o Tribunal Especial e os presídios trabalhariam com capacidade total para as ondas contínuas de prisões, graças ao uso habilidoso pela Ovra de informantes e espiões introduzidos nos ambientes “subversivos”, certamente a ferramenta mais eficaz nas mãos da estrutura criada por Bocchini.

Graças às delações, levaram-se a termo vários ataques: em março, contra o recém-reconstituído comitê de direção de Milão; em abril, em detrimento da organização romana; em junho, ainda contra a estrutura de Milão, mas também em Varese, depois em Nápoles, Emília-Romana, Toscana, Úmbria; em julho, foi a vez da fortaleza histórica do movimento operário, Turim, e assim por diante, sem trégua. Todos os dirigentes sobreviventes da organização que ainda estavam no país foram presos ao longo de 1927; depois, a ação repressiva se intensificou novamente após o ataque a Vittorio Emanuele III na feira de Milão, em 12 de abril de 1928. A bomba não atingiu seu objetivo: vinte mortos e muitos feridos ficaram no chão, mas a ação nunca foi esclarecida: nas fileiras da oposição antifascista não se sabia quem tinha colocado a bomba e, para aumentar o mistério, havia a hipótese de que se tratava de um ataque cuja autoria deveria ser buscada nos componentes mais intransigentes do fascismo, ansiosos por livrar-se da figura complicada do rei para avançar mais decisivamente para a fase de revolução⁴⁹. Embora nunca tenham sido encontrados os executores e os mandantes, o ataque foi uma oportunidade para desencadear novamente o terrorismo contra o antifascismo: houve imediatamente quase seiscentas prisões, e torturas foram sistematicamente postas em prática para extrair confissões. Mais uma vez, a organização comunista foi a que mais sofreu prisões – caíram nas redes da polícia dirigentes importantes como Girolamo Li Causi, Edoardo D’Onofrio, Giuseppe

[milícia voluntária para a segurança nacional], ou seja, as velhas esquadras paramilitares fascistas legalizadas e incorporadas no Estado.

⁴⁸ Paolo Spriano, *Storia del Partito Comunista Italiano*, v. 2: *Gli anni della clandestinità*, cit., p. 91-2.

⁴⁹ Essa hipótese foi posteriormente divulgada pelo então ministro Luigi Federzoni.

Amoretti e Anna Bessone, o estado-maior do centro interno reconstituído. Foi o prólogo do julgamento contra o grupo dirigente comunista: em 28 de maio de 1928, 23 réus compareceram perante o Tribunal Especial de Roma, incluindo Antonio Gramsci, acusado de conspiração, propaganda, instigação à luta de classes armada, ultraje, vilipêndio e criação de um exército revolucionário com o objetivo preciso de derrubar a ordem estabelecida.